SOB A AUTORIDADE DO PASTOR E A SUJEIÇÃO DA ESCRITA: OS BISPOS DO SUDESTE DO BRASIL DO SÉCULO XVIII NA DOCUMENTAÇÃO PASTORAL

Fernando Torres-Londoño*

RESUMO

O objetivo deste artigo é recuperar a atuação dos bispos do Sudeste do Brasil no período colonial, a partir de suas cartas pastorais. A análise de um conjunto de 130 documentos das três dioceses desta região, colocam em evidência uma das principais preocupações dos bispos durante o século XVIII: a necessidade de legitimar sua autoridade nas comunidades. Nesse processo, o ato da escrita constituiu-se num dos mecanismos privilegiados pela sua relação com o clero e fregueses.

Palavras-chave: bispos, Brasil Colônia, igreja, controle.

ABSTRACT

This article seeks to understand the acting of the bishops in the southeast of Brazil, on the colonial period through their pastoral letters. The analysis of 130 pastorals documents, for three episcopacies, points out that one of the principal interest of the bishops during the century XVIII. Was to create mechanisms to legitimate their authority on the community. By using the “writing” these bishops reached priests as well as church members reinforcing their authority.

Key-words: bishops, Colonial Brazil, church, social control.

* Doutor em História Social pela USP. Professor do Departamento de História e do Programa de Ciências da Religião da PUC-S. P. Pesquisa original financiada por CNPq e Capes.

*Sob a autoridade do pastor e a sujeição da escrita***

Este texto constitui-se de um levantamento (ver anexo 1) e uma análise das pastorais dos bispos de Rio de Janeiro, Mariana e São Paulo, no século XVIII, existentes nos Livros de Tombo de diversas paróquias daquelas dioceses.¹ Os bispos, no seu cotidiano, ordenavam através de proviões e cartas ordinárias que, por mandato das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, deveriam ser registradas nos livros das freguesias. Como a pesquisa foi realizada nos livros das paróquias, inventariamos cartas e instruções dos bispos que de fato saíram das sés e chegaram até as paróquias.

Mesmo com vácuos a ser preenchidos, tal levantamento permite formular uma primeira hipótese: os bispos, que esta documentação revela, aparecem na sua dupla condição de funcionários do padroado e de pastores. Esta situação não foi vivida sem tensões e conflitos e, no momento de afirmação administrativa colonial que acontecia no século XVIII, fazia com que suas preocupações principais estivessem relacionadas com a afirmação de sua autoridade ante os outros poderes, seu clero e os fregueses. Autoridade entendida como reconhecimento de seus subordinados e de seus pares. Reconhecimento de um poder restaurado pelo Concílio do Trento e traduzido para o Brasil nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia de 1707.²

** Somos gratos ao professor Julio Moreno que nos ajudou com tabelas e gráficos. Também agradecemos aos encarregados dos Arquivos Eclesiásticos de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, particularmente, a Jair Monguelli que, não poucas vezes, nos auxiliou com seu conhecimento documental e de paleografia.

1 As pastorais, aqui apresentadas, foram levantadas nos arquivos nos anos 80, quando adiantava o doutorado com a Professora Maria Luíza Marcílio, na USP. Por diversos motivos, tanto na tese como no livro a que ela deu origem, os registros ficaram de fora. Utilizei deles só o que fazia referência às atitudes dos bispos, a respeito do concubinato e os desvios do casamento. Durante esse tempo, por indicação da Professora Leila Algranti, Dalila Zanon (1999) e Alcilene Cavalcante de Oliveira (2001) perseguiram – nos seus mestrados da Unicamp – as pastorais de São Paulo e Mariana nos arquivos e bibliotecas. Acredito que algo parecido tenha acontecido no Rio com pesquisadoras e pesquisadores. Porém, a lista se tem mantido inédita até hoje, quando é publicada, graças ao entusiasmo da Professora Maria Luíza Andreazza e dos professores do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná.

2 Ver, *O SAGRADO ecumênico e geral concílio tridentino em latim e português*. Rio de Janeiro, 1874, t. 2, sessão 23.

Acredito que a documentação pastoral do século XVIII pode ser lida como uma expressão do exercício de autoridade e, da compreensão desta, por parte dos bispos das três dioceses estudadas. As cartas eram uma forma de manifestar tanto a presença do bispo junto aos fiéis, suas preocupações e determinações, suas relações com os poderes, o clero e ainda o caráter geral do mandato. As pastorais, editos e cartas se faziam presentes nos livros das paróquias, como parte do movimento de afirmação da autoridade do bispo ordinário que vinha desde a Contra Reforma.

O predomínio da escrita na comunicação entre o pastor e suas ovelhas no século XVIII, sua relativa abundância e esta ênfase na publicidade, no registro e na cópia da carta, levam a propor uma segunda hipótese: a presença dos registros nos livros do tombo não estão só dando conta das preocupações dos bispos ou de suas ações pastorais. A preferência da escrita por parte dos pastores na comunicação, numa sociedade como a colonial – de forte predomínio de comunicação oral – revela um dos objetivos principais dos bispos do século XVIII: se fazer presentes nas suas dioceses. Ou melhor, parecer presente. Mesmo estando em Lisboa ou no Porto, a carta pastoral lida na estação e copiada no tombo, trazia o bispo para a mais distante freguesia da diocese. Sendo as pastorais regidas por uma estrutura que exigia preâmbulos, saudações, encomendações e não pouca retórica, o bispo aparecia com a pompa própria de sua autoridade e poder.

A documentação pastoral dos bispos do sudeste no século XVIII

Tendo presente essas duas hipóteses, apresento agora uma primeira análise da documentação pastoral produzida por estes bispos, que aparece listada no anexo 1. O número de pronunciamentos dos bispos do Sul, no período colonial, seus procuradores e provisores que permanecem registrados nos diversos arquivos são superiores aos aqui levantados. Assim, espera-se que futuros trabalhos completem esta primeira lista que é só um começo. Os registros provêm dos Arquivos Eclesiásticos de Minas, São Paulo e da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Quanto ao tratamento do material aqui apresentado, não tenho a pretensão de que seja um catálogo, e sim uma lista qualificada, que sirva de referência para ser conferida, corrigida e ampliada. Utilizando o recurso do banco de dados do programa *word*, foram organizados os registros por data, e feitas colunas para ano, autores, período de vigência do mandato, lugar, classificação temática por tipos, temáticas, referência de localização e observações complementares ou citações. Abriu-se, ainda uma coluna de observações. Com respeito à data, manteve-se a que estava no documento, que podia ser o dia do registro (de dois a quatro meses) ou o dia em que foi publicada.

Fiz a classificação por tipos, sabendo que as classificações costumam reduzir e não contemplam ambivalências, convergências e contradições. Porém, já que dispunha de um registro, mais ou menos, seriado e que admitia uma análise quantitativa, achei proveitosa a obtenção de um dado empírico que permitisse análises mais seguras e tentei desenhar um instrumento que, de alguma forma, desse conta da complexidade temática das pastorais. Defini, assim, o que chamei de tipo de pastoral, identificando sete delas: administração religiosa, para aquela relacionada com o dia a dia do funcionamento administrativo da diocese; controle do clero para tudo que se referisse ao clero; doutrina afim com o catolicismo e a catequese; normativo do sacramento para sua administração; sentir com a igreja para o acompanhamento, ressonância ou repercussão da vida da Igreja Universal, principalmente as dioceses de Portugal e o Papa; sentir com o reino para as disposições de Portugal e do governo colonial; vida espiritual e moral dos fiéis para o tocante à salvação de suas almas seus costumes e da sua moralidade.

TABELA 2 - TIPOS DE PRONUNCIAMENTOS DE CARÁTER PASTORAL

Tipos	01	02	03
AR	13	8	
CC	27	5	2
DT	2	1	
NS	14	24	12
SI	31	5	
SR	22	3	
VEM	19	21

A preocupação do pastor: ser obedecido na sua compreensão da salvação das almas de seus fiéis

A elaboração das tabelas 1 e 2, a partir do banco de dados, fez emergir o resultado mais surpreendente desta pesquisa e apontou para nossa primeira hipótese de trabalho já formulada: os bispos estavam preocupados mesmo, era com sua autoridade. Como se vê na tabela 1, que reúne os sete tipos, queriam os bispos impôr normas para a administração dos sa-

cramentos, corrigir os diversos abusos perpetrados pelos fiéis e o clero, assegurar a adesão à Igreja de Roma e ao Reino, colocar a administração diocesana sob o controle do registro escrito nos mais variados livros e atestados, enfim obrigar párocos, capelães e chefes de família a ensinar a doutrina cristã aos adultos e o catecismo aos escravos e as crianças. A autoridade era assim entendida no reconhecimento da sua função dos pastores como responsáveis pela a salvação das almas. Isto deveria ser alcançado nos termos do padroado e com os instrumentos proporcionados pela própria Igreja, com os sacramentos, a teologia moral e a legislação eclesiástica.

Ainda há evidência desta presença da autoridade eclesiástica na escrita. Nossa segunda hipótese se reflete também na produção epistolar de provisoros, procuradores e vigários gerais do bispado, quando a sé estava vacante ou o bispo ainda não residia nela. Isto ocorreu em nossa época, em Minas e São Paulo, nos anos setenta. Como aparece na tabela 3, de 130 documentos, 31 foram redigidos por estes padres que atuavam no lugar do pastor. Assim se percebe um esforço de preencher o silêncio do titular, mostrando a continuidade da presença de bispos como Dom Manoel da Cruz em Mariana, por meio de contínuas citações e menções de suas pastorais. Assim se destaca, nesta diocese, Alexandre Nunes Cardoso, em 1764, e o arcediago, em 1769. Menção a parte, merece Bartolomeu Mendes dos Reis que escreveu cartas importantes entre 1772 e 1778. Atuando como visitantes ou vigários da vara, estes padres, na sua maioria cônegos, tinham conhecimento de situações do dia a dia as quais respondiam tomando as pastorais do bispo ou as Constituições Primeiras e aplicando-as ao cotidiano das freguesias através de diversos procedimentos e normas. Particularmente, o que dizia respeito à prática sacramental e ao controle do clero. Evocação da figura do bispo e exercício de sua autoridade, da maior importância para estrutura diocesana, num momento em que o vácuo do poder eclesiástico representava uma oportunidade para governadores e capitães gerais aumentar sua influência.³

A respeito dos bispos, a tabela 3, ao contrário das duas tabelas anteriores confirma o óbvio para o período levantado. Dom Manuel da Cruz

3 Por exemplo, CAMARGO, P. F. da S. *A igreja na história de São Paulo*. São Paulo: 1953, v. 5, p. 138. Conta como em 1790, em São Paulo, se aproveitou a sede vacante para tirar o seminário do antigo colégio do jesuítas e fazer do prédio a residência do governador.

ordinário de Mariana (1748-1764) e Dom Antônio do Desterro ordinário do Rio de Janeiro, (1746-1773), foram os bispos dos quais mais se encontraram pastorais, 27 e 31 respectivamente. O que pode ser esperado examinando sua biografia. Os dois tinham passado por Coimbra, Dom Antônio como Doutor em Teologia e Dom Manoel como lente.⁴ Os dois chegaram a suas dioceses depois de uma passagem de Dom Antônio por Luanda e de Dom Manoel pelo Maranhão. Tinham pois, formação e experiência de governo eclesiástico antes de assumir suas dioceses. Eles tiveram longos mandatos pastorais, sendo 18 de Dom Manoel da Cruz e 27 de Dom Antônio do Desterro. Nesses mandatos gozaram de certa estabilidade e recursos que lhes permitiram visitar suas dioceses e conhecer a situação moral e espiritual dos fiéis. Estabeleceu-se assim, um contraste em termos de documentos com Dom José Joaquim M. Castelobranco (1774-1805) que foi bispo do Rio de Janeiro durante 31 anos e do qual só temos em nosso levantamento 7 pastorais. O que pode ser explicado entre outras coisas por serem nossos registros do Rio de Janeiro os mais fracos e não dispormos de outra fonte para completar.

Podemos definir os dois bispos como legítimos representantes do padroado, embora distintos, o que se pode verificar na temática, nas suas pastorais e na sua biografia. Dom Manoel dedicou várias pastorais a condenar, nos anos 50, o descaminho do ouro e a maioria de sua produção epistolar esteve relacionada com bulas papais e indulgências plenárias (ver tabela 3). Já Dom Antônio do Desterro, além de destacar-se na ordem São Bento como abade e reformador de província, chegou a ser governador da capitania durante um período. O bispo do Rio de Janeiro mostrou interesse em que todos os aspectos de sua diocese fossem relacionados com a Igreja de Roma a Igreja de Coimbra, o Reino em Portugal e a administração colonial no Brasil (ver tabela 3). Sendo o único bispo, dos estudados, que em extensas pastorais considerou todas as temáticas e tipos de pastorais, como podemos ver na tabela 3; se distanciando da maioria dos bispos, que tiveram um leque de preocupações mais restrito, centrado no Controle do Clero e no Sentir com a Igreja (ver tabelas 3 e 4).

4 Para Dom Antônio ver, PIZARRO E ARAUJO, J. de S. A. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946, v. 5, p. 8. ALVARENGA, M. de. *O episcopado Brasileiro*. São Paulo: [s.n.], 1915. p. 63.

Embora atuando nas suas dioceses em circunstâncias diferentes – períodos mais curtos e com volumes de pastorais expressivamente menores – os outros bispos também tiveram contribuições de peso na afirmação de sua presença. Muitas vezes, numa única carta, eles mandaram o recado da afirmação de sua autoridade e necessária sujeição de seus subordinados, como a pastoral reservada ao clero e em latim de Dom Bernardo Nogueira

de 05 de agosto de 1746. Também bispos como Frei Francisco de São Jerônimo, em 21 de julho de 1719 e Frei Antônio de Guadalupe, em 03 de novembro de 1727, souberam detectar aquelas situações e desobediências que desafiavam sua autoridade, condenando-as duramente e estabelecendo remédios para a correta celebração de sacramentos como a confissão ou a repressão do concubinato, convertendo-se em lugares comuns de citação e cópia das pastorais posteriores.

A respeito das temáticas, a partir da tabela 2, podemos identificar três blocos dos grandes tópicos que reúnem o primeiro Normativo dos Sacramentais e a Vida Espiritual e Moral dos Fieis com 50 e 40 documentos. Segundo, o Sentir com a Igreja e o Controle do Clero com 36 e 34. Estes dois blocos nos parecem muito coerentes com a importância conferida no século XVIII, tanto por Roma como pelos bispos do Brasil à confissão

como sacramento da reconciliação e caminho para uma boa morte, assegurada com as indulgências concedidas pelos papas. Terceiro, o Sentir com o Reino e a Administração Religiosa com 25 e 21 menções. Aspectos que apareceriam como mais pontuais como os que se referem à Doutrina, mas presente nas visitas pastorais, aparecem com só 3 pastorais.

Normativo dos Sacramentos

Desde as primeiras pastorais de Dom Frei Antônio de Guadalupe, em 1725, até as de Dom Castelo Branco, em 1800, os bispos do século XVIII se ocuparam pela difusão correta da prática sacramental, em especial da confissão e do sacramento da missa. Junto com o controle do clero, mas de forma expressiva como pode ser visto na tabela 2, a preocupação pela correta administração dos sacramentos (incluindo o batismo, o matrimônio e a extrema-unção) acompanhava outros interesses em segundo ou terceiro lugar. Os bispos sentiam, pois, que ali estava um aspecto onde eles tinham que intervir como parte de suas obrigações pastorais na salvação das almas de seus fiéis. Na ausência de desvios doutrinários era aos desvios nos sacramentos que os bispos deveriam responder com sua autoridade para restaurar a ordem. Boa administração dos sacramentos era o mesmo que dizer preparação e controle sobre os seus administradores, ou seja, os sacerdotes, vigários, capelães e párocos. Os dois interesses confluíam pois necessariamente.

A confissão foi o sacramento que mais mereceu atenção. Destacou-se em pelo menos 9 pastorais, não podia ser diferente no século XVIII.⁵ Ainda mais em colônias enxergadas pelos bispos como espaços carentes de ordem. Nada mais oportuno que a difusão do sacramento do controle. Ocuparam-se assim, os bispos de assegurar uma boa confissão, preparando aos confessores e restringindo o direito destes de administrar o sacramento. Para a preparação foram impostas as chamadas conferências de moral ou estudos de casos, já praticados desde o século XVI para a formação de

5 Para a confissão nas colônias, ver LIMA, L. L. da G. *A confissão pelo avesso*. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado) - Departamento de História, USP.

confessores. Assim, Dom Frei João da Cruz em 09 de março de 1744, Dom J. J. Castelobranco, 22 de março de 1781, Dom Matheus de Abreu Pereira 23 de fevereiro de 1798, impuseram como obrigatórias as conferências de moral nas suas dioceses. Foram acompanhados neste propósito de preparação do clero por Dom Guadalupe, 10 de janeiro de 1737; Dom Bernardo Nogueira, 05 de agosto de 1746; Dom Antônio M de D Galvão 02 de dezembro de 1751. A restrição da administração do sacramento foi feita impondo a obrigação de licenças obtidas a partir da participação em exames de casos de moral e que deveria ser exigida em qualquer freguesia segundo Dom. A. do Desterro 10 de dezembro de 1751 no que foi seguido pelo Arcediago de Mariana 09 de março de 1769, Dom J. J. Castelobranco 11 de março de 1775, o Governador do bispado de Mariana 29 de maio de 1776, e o Vigário Capítular São Paulo 24 de junho de 1796.

Os bispos se preocuparam também, mesmo que de forma pontual, com a celebração e a participação na missa. O cumprimento do preceito dominical, a guarda da ordem em tudo que se referia à eucaristia, a presença das mulheres nela foram aspectos contemplados. Os cônegos e vigários que ocupavam a sé vacante em Mariana, a partir de 1764 foram particularmente produtivos em regulamentações de todos estes aspectos. Visando garantir a participação dos fiéis nas missas de preceito. Dom Antônio do Desterro, em 30 de outubro de 1773, proibiu aos párocos de cobrar por ela. E, ainda, Dom Castelobranco, em 11 de março de 1775, a propósito da celebração missa, mandou submeter os sacerdotes a exames, arguindo que “sabemos com grande magoa de nosso coração as indecências e precipitações capazes de escandalizar aos mesmos ímpios.”

Quanto ao casamento deve ser destacada uma pastoral de Dom Bernardo Nogueira, em São Paulo, em 29 de agosto de 1748, que visando facilitar o acesso ao matrimônio ordenava aos párocos não cobrar nas certidões e proclamas de escravos, carijós e pobres. Depois de um longo silêncio em que ele só compareceu para resolver questões administrativas, Dom Manoel da Ressurreição, em 30 de janeiro de 1786, a propósito do casamento da filha da rainha, fez uma pastoral em termos de doutrina onde o qualifica de “grande sacramento como o chamou o Apóstolo.” Ainda, os bispos se preocuparam pelo registro do batismo nos livros como Dom Manoel da Cruz em 14 de fevereiro de 1758.

Vida espiritual e moral dos fiéis

É principalmente por apresentar a preocupação com a salvação das almas e com a difusão das práticas piedosas associadas às indulgências, que este tipo aparece em 40 pastorais. Em sintonia com a Igreja de Roma, os pastores, de forma especial na Segunda metade do século, se esforçaram por oferecer aos fregueses as indulgências decorrentes das bulas e editos papais. Em todas as dioceses elas foram proclamadas e aplicadas. Ainda desde os anos 40, alguns bispos acompanharam as práticas espirituais que se consolidavam em Portugal e Europa e recomendaram o exercício da oração mental por parte de seus fregueses, como Dom Manoel da Cruz em 28 de fevereiro de 1748, Dom Antônio do Desterro em 18 de abril de 1748 e Dom Antônio M. D. Galvão em 10 de julho de 1751. Ainda com relação à piedade dos fiéis Dom Matheus de Abreu Pereira, em 01 de março de 1799, impunham o jejum como melhor forma de celebrar a quaresma.

Mesmo sendo pontuais, contamos desde 1719 até 1800, 11 documentos pastorais que fizeram referência aos abusos de tipo moral, de comportamento e de costumes dos fregueses. Como pode ser apreciado na lista, eles se referiram à vida de escândalo em que se mantinham os que viviam concubinados e aos relacionamentos públicos entre pessoas dos dois sexos, principalmente nas cerimônias religiosas. Cinco pastorais redigidas entre 1719 e 1751 foram as fontes para as outras cartas que as repetiam, as citavam ou se inspiravam na sua linguagem e forma exaltada. As duas primeiras foram resultado de visitas pastorais a São Paulo e às Minas Gerais. Dom Francisco de São Jerônimo, em 27 de julho de 1719, e Dom Frei Antônio de Guadalupe, em 03 de novembro de 1727, enumeraram por extenso os chamados abusos cometidos pelos fregueses. Assim estes pastores foram seguidos também em extensas pastorais pelos bispos de Rio de Janeiro como Dom João da Cruz 20 de setembro de 1741 e Dom Antônio do Desterro em 01 de março de 1747 e por Dom Antônio M. de D. Galvão em 10 de julho de 1751. Nos anos 70, em longas cartas que faziam eco das anteriores, os governadores dos bispados de Mariana e de São Paulo e, principalmente, o bispo do Rio Dom J. J. M. Castelo Branco, em cartas de 11 de março de 1775 e 13 de junho de 1800, falaram do “dilúvio de vícios que inundam esta diocese” e responsabilizaram entre outros, às mulheres pela sua participação nas cerimônias religiosas noturnas.

Já me referi em outros trabalhos às possíveis leituras que admitem estas 11 pastorais.⁶ Não há como negar no Sudeste do Brasil, no século XVIII, o não cumprimento das normas e costumes defendidas pela Igreja. Também temos que reconhecer que estes bispos se preocuparam por desvios e transgressões e quiseram extirpar o que eles chamaram de vícios. Porém, mergulhado no corpo documental que constituem as 130 pastorais aqui discutidas, volto a reafirmar minha hipótese: mais que querer de fato suprimir os abusos, os bispos contribuíam na construção de um escândalo que os beneficiava como representantes da ordem. Assim a desordem nos costumes proporcionavam o espaço para desqualificar a seus subordinados, clero e fiéis e despregar seu afã normativo. O que servia perfeitamente para afirmar sua autoridade ante desordens visíveis para qualquer um e já cristalizados como imaginário colonial, como pode ser percebido na extensa carta de 29 de maio de 1776, do governador do bispado de Mariana, escrita desde a distante Lisboa nos termos das pastorais anteriores.

Sentir com a igreja

O que temos chamado Sentir com a Igreja, que expressa os vínculos entre as dioceses e Roma, está marcado por um pouco mais de 30 pastorais entre 1725, com Dom Antônio de Guadalupe e 1800 com Dom Cipriano de São José. No período de 1747 a 1765, que cobriu 18 anos, fica evidente a grande presença do tema da concessão de indulgências plenárias por parte dos papas, através de atos de piedade como a visita de Igrejas e de prática de sacramentos como a confissão e a comunhão. Conflui, pois aqui, esta caracterização com a anterior, Vida Espiritual e Moral dos Fiéis e com a seguinte, Controle do Clero.

Os bispos aparecem, pois, como divulgadores das bulas, editos e graças papais, num esforço de sintonia clara com Roma, expressando também a existência de um vínculo espiritual e sacramental com o papa, numa época de forte regalismo. As pastorais na sua grande maioria só tratam

6 Ver TORRES-LONDOÑO, F. *A outra família*. São Paulo: Loyola, 1999. p. 150.

desse ponto, descrevendo a indulgência, ponderando suas virtudes, facilitando a prática.⁷

Na lista, aqui apresentada, estas pastorais aparecem em número de 23, sendo seus autores Dom Manoel da Cruz e Dom Antônio do Desterro (ver tabela 4). Estas pastorais se concentram em dois momentos com um intervalo entre 1752-1757. Sendo que nos dois momentos, praticamente teve comunicação ou carta pastoral relacionada à indulgência todos os anos (ver anexo 1). Continuidade que apontou para mais um resultado da pesquisa. Pela insistência na questão das indulgências, regularidade nos dois períodos, número de pastorais e esforço por divulgar estas, é claro que os dois prelados se empenharam por incentivar e difundir práticas piedosas e por oferecer a seus fiéis por meio dos sacramentos da confissão e da comunhão a possibilidade de saldar a maioria de suas contas com a Igreja e assegurar sua salvação. Prática de uma catequese preocupada com a salvação e que se realizava na confissão e na extrema-unção. O que representa na minha opinião, a sua forma particular de entender sua responsabilidade como pastores.

Assim, Dom Antônio do Desterro, dedicou várias pastorais a propiciar formas de assegurar a salvação de seus fiéis, principalmente por meio da confissão e, na hora da morte, por indulgências papais. Assim, em vários textos, o bispo insistiu no caminho que começava no ato de contrição, (D. Desterro, 25 de fevereiro de 1751) continuava, na confissão, (D. Desterro, 1 de outubro de 1751) prosseguia na comunhão (D. Desterro, 1 de outubro de 1751) e deveria terminar na extrema-unção, (D. Desterro, 25 de fevereiro de 1751) onde graças à generosidade papal na concessão de indulgências, se podia prever um ingresso no paraíso para as almas justas. (D. Desterro, 10 de maio de 1750). O bispo se esforçou por ser também generoso no espírito da bula de Benedicto XIV e ampliou em carta de 01 de outubro de 1751 a possibilidade de alcançar a indulgência mesmo para pessoas pobres que não tinham como assistir ou mandar dizer missas, podendo substituir por 15 orações em oratório desde que confessados e comungados; ainda “as pessoas ignorantes bastará só confessar-se e fazer uma das coisas determinadas.” Neste esforço também foi determinado por Dom Antônio, na mesma carta, que

7 Ver, ZANON, D. *A ação dos bispos e a orientação Tridentina em São Paulo (1745-1796)*. São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História, Unicamp, p. 117 e seguintes.

nesse tempo os confessores “podem absolver qualquer censura imposta por qualquer causa e motivo ainda que seja reservado ao ordinário ou à sé apostólica.”

Controle do Clero

Quando fiz o levantamento das pastorais anos atrás, concluí que a preocupação fundamental dos bispos do XVIII era o controle do clero.⁸ O grande número de pastorais, 34 ao todo, na atual contagem (ver tabelas 1 e 2) e a variedade de aspectos contemplados pelos pastores sobre a vida, formação e atuação do clero, me levaram a essa conclusão. Como já foi falado, os assuntos referentes ao clero se fazem presentes dentro de quase todos os seis tipos que formulamos para analisar as pastorais. Também como aspecto específico, ele continua sendo o que mais se destaca entre os temas das pastorais. O que tende a se acentuar na medida em que passa o século e bispos como Dom Castelo Branco consigna numa pastoral de 11 de março 1775 que estão “bem persuadidos que se conseguimos a reforma do sacerdócio teremos lançado os fundamentos mais sólidos para a igual reforma de todo o povo.”

Hoje, a partir do banco de dados montado, da análise da totalidade dos textos, localizados nas diversas conjunturas do século XVIII e de uma compreensão do bispo como funcionário colonial ao mesmo tempo que pastor, estou incluindo essa preocupação dos bispos com o controle do clero dentro do interesse mais amplo do exercício de sua autoridade traduzido em obediência. Os bispos não pretendiam unicamente controlar o clero, mais consolidar nas suas dioceses coloniais a estrutura de poder que, formulada em Trento, se tinha expressado no texto das Constituições da Bahia.

Nas dioceses, esta estrutura de poder estava constituída pelo pároco, o vigário da vara, o provisor do bispado, os visitadores e o próprio bispo. Ela funcionava de cima para baixo, com o poder de decidir e ordenar na mão dos bispos e seus procuradores, porém sem meios coercitivos ela travava. Assim, as decisões e ordens dos bispos deveriam ser sustentadas

8 TORRES-LONDOÑO, op. cit., p. 123.

desde abaixo pelos informes e denúncias de párocos, vigários da vara e visitantes, por sua vez fortalecidos pela condição de informantes. Assim, Dom Bernardo Rodrigues Nogueira em 6 de agosto 1746, determinou que cada pároco escrevera “miúda e individualmente” dos clérigos de sua freguesia. Queria o bispo saber se os clérigos cumpriam com seus estados, para o qual deveria ser enviada por parte do vigário da vara “informação individual prudente e verdadeira da ciência, costumes, zelo e emprego de cada um dos seus párocos e clérigos de seu distrito.”, é claro, com ameaça de pena de excomunhão. Com o desvio configurado pelo informe e evidência, esperavam bispos e procuradores que a sujeição e a obediência do clero se realizasse. Tratava-se, pois, de exercer a autoridade através de um funcionamento eficaz da burocracia, traduzido no cumprimento de funções de vigilância via informes e obediência. O que construiu-se durante um longo período que nas pastorais foi de 1727, com a pastoral de Dom Guadalupe até 1781, com a pastoral de Dom Castelo Branco. Período que seguindo a lista (ver anexo 1) se dividiria, por sua vez, em dois momentos de continuidade na expressão das preocupações: o primeiro entre 1727 e 1754 e o segundo entre 1764 e 1781. Na lista atual há um intervalo de sete anos que marca bem as duas fases.

Na primeira temos poucos bispos atuando, uma evidência maior do Rio de Janeiro como bispado mais antigo e a pastoral de Dom Guadalupe de 03 de novembro de 1727 como uma referência fundamental. Nela, o bispo apontou as grandes questões repetidas por todos os outros: os desvios nos costumes do clero, os abusos na celebração dos sacramentos principalmente, na confissão e a necessidade de reforma estabelecendo mecanismos de controle como as licenças. Talvez esta pauta simples e o início dos bispados de Mariana e São Paulo explique que se tenha uma pastoral sobre o tema cada dois anos. Com as dioceses em consolidação e diversos períodos de sé vacante, entre 1764 e 1781, teve-se uma frequência menor de pastorais ligadas ao clero.

Mesmo com estas diferenças num período ou em outro, os bispos se preocuparam em denunciar abusos, implantar o funcionamento de licenças e estabelecer uma formação em doutrina e teologia moral para o clero. Os abusos diziam respeito à administração dos sacramentos aos costumes, a cobrança de estipêndios e em algumas pastorais de forma particular, à forma de vestir dos clérigos que não os diferenciavam dos leigos, presentes nas pastorais de Dom Antônio de Guadalupe em 03 de novembro de 1727,

o arcediago de Mariana em 22 de novembro de 1764 e Dom Castelo Branco em 16 de junho de 1800. A respeito do estabelecimento de licenças, os bispos acreditavam como Dom Desterro em 10 de dezembro de 1751 que colocando exigências para a administração dos sacramentos evitariam os abusos nestes, ao mesmo tempo que reforçaria um controle através da tensão entre os párocos com licenças e os coadjutores e capelães que tentavam fugir à autoridade destes, como aparece numa pastoral de Mariana de 12 de abril de 1773. Finalmente, inscritos numa valorização do estudo por parte dos sacerdotes que vinha desde o Concílio de Trento, acreditavam que uma formação uniformizada, sistemática, contínua através de conferência de moral e exames de casos, seria responsável por uma boa administração dos sacramentos. Na prática, os bispos estavam preocupados com o cotidiano paroquial e administração pastoral, onde sua autoridade de pastores de almas se fazia efetiva. Interessava saber o que acontecia longe de seus olhos, com o intuito de conter e suprimir abusos através do funcionamento de mecanismos de uniformização de costumes e procedimentos e de controles eficientes por meio de informes escritos.

Sentir com o reino

Este tipo, assim nomeado, encabeça o último bloco de preocupações dos bispos na análise da lista. Nas colônias portuguesas na América e numa situação do padroado, o mínimo que se podia esperar de alguém escolhido pelos conselhos dos reis era manifestar unidade com o reino. Assim, as pastorais traziam costumeiras e esperadas manifestações de alegria quanto a um nascimento ou casamento na família real, ou de tristeza quando havia um falecimento real, que fazia que os bispos ordenassem luto para os clérigos. Fez assim Dom. A. do Desterro em 18 de dezembro de 1750, acontecendo o mesmo no caso do terremoto de Lisboa, em 1756, ainda com expulsão dos jesuítas de 1759.

Porém, foi na preocupação com outros aspectos de ordem civil, que diziam respeito ao dia a dia, que o padroado foi claramente percebido. Eles revelavam a atuação dos bispos cumprindo diversos papéis. Um destes foi de estabelecer a censura religiosa e moral para o respeito da ordem colonial. As pastorais de Dom Manoel da Cruz, bispo de Mariana e seu provisor em 13 de março; 22 de julho; 9 de setembro e 31 de dezembro no

ano de 1753, condenando o contrabando de ouro, qualificando este de pecado mortal e restringindo a absolvição ao bispo, evidenciam os interesses que se defendiam.⁹

Atuar dentro da administração colonial, a partir das diversas funções das freguesias, também correspondia aos bispos, por exemplo informando sobre as características e atividades dos seus fregueses, como foi pedido por D. Manoel da Cruz em nome do rei em 09 de dezembro de 1756. Ainda em São Paulo, os bispos fizeram eco às preocupações administrativas dos governadores em pontos como o da redução do preço das certidões para o casamento, que se inscrevia dentro da política de povoamento e controle. Ainda se conta com a pastoral de 10 de julho de 51 de D. Antônio do Desterro, sobre a obrigação de entregar os dízimos aos rendeiros de todos os frutos da terra, sendo enumerados quase trinta itens que compunham praticamente toda a produção agrícola, até favas, limas e aipins, e a produção pecuária como perus, manteiga, queijo e cera.

Administração religiosa

Coloquei aqui, uma série de pastorais que mesmo se referindo aos outros tipos, terminaram fixando seu acento em questões de administração religiosa que diziam respeito à existência de livros de registros nas paróquias e principalmente a dinheiro. Elas conferem evidência de novo àquela preocupação por se fazer presentes no cotidiano das dioceses em questões vitais como os recursos para a manutenção das igrejas e dos sacerdotes e o recolhimento dos dízimos no marco da administração civil. Dois assuntos se destacaram, o das conhecenças, que atravessava a administração dos sacramentos, pontual nas preocupação de Dom Manoel da Cruz em 15 de fevereiro de 1757 e 22 de julho de 1759 e o dos dízimos. Com respeito a este encontramos de novo os bispos do Rio de Janeiro e de Mariana se colocando de maneira clara. Dom Antônio do Desterro em 10 de julho de 1751, de forma extensa e com sua fidelidade habitual ao reino, condenou aos que não pagavam o dízimo se escusando serem eles pagos a um prínci-

⁹ A respeito, ver OLIVEIRA, A. C. de. *A ação pastoral dos bispos da diocese de Mariana*. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História, Unicamp. p. 95-98.

pe secular. Enumerou também o bispo, todos os frutos e produtos que deveriam pagar dízimos entre eles açúcar, mel, cidras, cal e aguardente. Mandando ainda, aos párocos que admoestassem no confessionário e no púlpito como penitentes aos que se negavam a pagar. Trilha de condenações que foi seguida pelos encarregados do bispado de Mariana, sendo que o governador da diocese, em 03 de junho de 1776, condenou, como fez Dom Antônio do Desterro décadas antes, aos senhores de escravos e de engenhos que escondiam e não denunciavam seus bens para não pagar os dízimos.

Doutrina

Embora se encontrem poucas pastorais onde os bispos se ocuparam de questões doutrinárias ou do ensino da doutrina cristã, a prescrição do ensino desta, seguindo as constituições estava sempre presente nas pastorais mais extensas. Ainda, examinando os livros, foi por ocasião das visitas pastorais dos bispos ou de seus visitantes que estes se estenderam a respeito do ensino da doutrina cristã tanto a crianças como a adultos, por parte dos párocos e capelães, determinando-se dias, condições e médios de tal ensino. Nos livros de Minas Gerais e no livro de Macaú são muito comuns e extensas as determinações dos visitantes a esse respeito. Por exemplo visitando Macacú, o visitador José dos Santos, determinou em 23 de agosto de 1761 que se ensinara a doutrina aos fregueses na forma da pastoral de Dom Guadalupe.

Dom Antônio do Desterro em 07 de agosto de 1764 mandou aos sacerdotes pregar os domingos a doutrina “sem conceitos, alegações ou afeições só puramente a doutrina que edifique e desengane.” Ainda, os pais de família, os senhores de escravos e feitores, deveriam se ocupar de mandar menores de 12 anos à doutrina. Por doutrina, o bispo entendia o catecismo romano tomando algum ponto acomodado à inteligência dos ouvintes, para o qual citou as Constituições Livro III, título 32, n. 55. Quase 36 anos depois, Dom Castelo Branco, em 13 de junho de 1800, mandou aos párocos que publicitassem novamente esta pastoral e que os visitantes se servissem dela, por não se cumprir os importantes pontos ali tratados. Exemplo este da preocupação dos bispos do Sudeste, no Século, XVIII, por assegurar a continuidade da sua presença pastoral e o reconhecimento de sua autoridade.

Conclusão

Algo que senti de forma clara ao catalogar as pastorais era que uma boa parte delas terminavam podendo ser classificadas em dois ou três tipos e que Vida Espiritual e Moral dos Fieis, Sentir com a Igreja e Controle do Clero, convergiam para o mesmo ponto que o Normativo Sacramental, Controle do Clero e Administração Religiosa. Aparecendo, também, o Controle sobre o Clero como a classificação na que podiam ser enquadradas grande parte das pastorais. Também fica evidente o caráter de eixo conferido pelos sacramentos, particularmente à confissão que conduz à preparação e controle dos sacerdotes. Caráter de eixo dos sacramentos que estava de acordo com a insistência de Roma e com o entendimento eclesástico e missionário do que era ser cristão em colônias, que se centravam nos sacramentos, nas participações litúrgicas e na memória da doutrina. Assim, correspondia ao bispo a palavra final em termos de sacramentos. Ele podia restringir ou aumentar a administração do batismo, a confissão, a comunhão, o matrimônio, a extrema-unção e a ordenação de sacerdotes, pela concessão e manipulação de licenças e dispensas. Para isto ele contava com o corpo jurídico das Constituições Primeiras, utilizando o âmbito da pastoral como forma de divulgação e registro das determinações do pastor.

Os bispos do século XVIII, principalmente os que ocuparam por mais tempo sua diocese e os que governavam no seu nome nas dioceses do Sudeste do Brasil, foram conferindo um traço característico a sua atuação, onde sua identidade aparecia referida ao esforço de acertar na compreensão e no cumprimento de um papel definido pela Igreja e o Padroado. Digo acertar na compreensão de seu papel, porque incorporando o Concílio de Trento, as Constituições Primeiras e as Ordenações do Reino deviam enfrentar uma realidade que estava muito distante destes modelos e que exigia adaptações e concessões. Atuando em tensão com seu clero e seus fregueses, eles deveriam criar ou conferir um conteúdo próprio a sua condição de pastores em colônias. Deviam também acertar no cumprimento de sua função vindo para as colônias e se esforçando por permanecer aqui, no médio de dificuldades e realizando tarefas duras como as visitas pastorais, que além de deixá-los com dívidas, não poucas vezes eram fontes de atritos e conflitos com seu clero, os fieis e as autoridades civis. Acertar também na

produção de uma imagem de sua presença, que teve no registro, preservação e difusão de suas pastorais um de seus instrumentos mais eficazes para permitir a construção de uma memória que os dignificasse e os distinguísse como pastores e funcionários.

Acredito, assim, depois de examinar estas 130 pastorais, que esse conteúdo próprio da condição de pastor foi a consciência que a salvação das almas dos seus fiéis dependia do grau em que fossem obedecidos nas suas determinações, por todos seus subordinados. O que por sua vez os fortalecia no marco dos poderes coloniais.

Referências

- ALVARENGA, M. de. *O episcopado brasileiro*. São Paulo: [s.n.], 1915.
- CAMARGO, P. F. da S. *A Igreja na história de São Paulo*. São Paulo: [s.n.], 1953.
- LIMA, L. L. da G. *A confissão pelo avesso*. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado) - Departamento de História, USP.
- OLIVEIRA, A. C. de. *A ação pastoral dos bispos da diocese de Mariana*. Campinas, 2001. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História, Unicamp.
- PIZARRO E ARAÚJO, J. de S. A. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.
- SAGRADO *ecumênico e geral Concílio Tridentino em latim e português*. Rio de Janeiro, 1874.
- SANTOS, A. A. F. *A Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1914.
- TORRES-LONDOÑO, F. *A outra família*. São Paulo: Loyola, 1999.
- TRINDADE, R. *A arquidiocese de Mariana*. São Paulo: [s.n.], 1928.
- ZANON, D. *A ação dos bispos e a orientação Tridentina em São Paulo (1745-1796)*. Campinas, 1999. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História, Unicamp.